CORREÇÃO: Fisco: Técnicos de Contas estudam providência cautelar...

Número de Documento: 12618264

Lisboa, Portugal 30/05/2011 17:49 (LUSA)

Temas: Economia, Negócios e Finanças

CORREÇÃO À NOTÍCIA COM O TÍTULO "Fisco: Técnicos de Contas estudam providência cautelar contra coimas por atrasos na entrega das declarações (C/ÁUDIO)"

Corrige, no terceiro parágrafo, a duplicação do nome do imposto, explicando que estão por entregar 130 mil declarações de IRC, e no quarto parágrafo, o número de declarações de IRS entregues no ano passado, para 1.442.380, para além de precisar o nome do bastonário, de Domingos para Domingues.

Em baixo segue versão integral corrigida.

Lisboa, 30 mai (lusa) – A Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas está a "estudar" a possibilidade de intentar uma providência cautelar para impedir a instauração de procedimentos contraordenacionais pelo atraso da entrega do IRS e IRC, disse à Lusa o Bastonário.

"Os serviços jurídicos da Ordem estão a estudar a possibilidade de intentar uma providência cautelar com vista a que se evite a instauração dos procedimentos contraordenacionais por incumprimento dos prazos legais", afirmou em entrevista à Lusa Domingues Azevedo, bastonário daquela ordem.

Na véspera do fim do prazo para a entrega da declaração modelo 22 do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) e da segunda fase do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), estão por entregar 370 mil declarações de IRS e 130 mil de IRC, segundo aquele responsável.

"Até agora foram entregues 270.574 declarações de IRC, quando no ano passado foram 430.770. E de IRS foram entregues 1.078.707, quando no ano passado foram entregues 1.442.380", afirmou.

A Ordem atribui a culpa dos atrasos da entrega das declarações fiscais ao Ministério das Finanças alegando que o 'timing' de entrega dos formulários eletrónicos, que foi a 18 de abril, não deu tempo para as empresas de software adaptarem os sistemas que permitem aos técnicos oficiais de contas preencherem as declarações fiscais eletrónicas.

"Sendo da responsabilidade do Governo disponibilizar os meios para que os profissionais possam cumprir, e não disponibilizando esses meios a tempo, não pode agora vir a responsabilizar os profissionais pelo incumprimentos", afirmou Domingues Azevedo.

O bastonário adiantou que a Ordem "vai disponibilizar" os seus serviços para apoio jurídico dos profissionais que pretendam impugnar os processos de contraordenação que possam ser abertos pelo ministério das Finanças.

"Que mal vem ao mundo se adiarem o prazo por 10 ou 15 dias. Haverá alguma tempestade", questionou o bastonário, acusando o ministério das Finanças de "autismo puro" na decisão de manter o fim do prazo para o ultimo dia deste mês.

Domingues Azevedo considera ainda "perfeitamente justificado" que os técnicos oficiais de contas (TOC) entreguem à porta do ministério das finanças ou nas repartições as declarações fiscais que "não conseguirem entregar por impedimento" criado pelo governo.

"Eles que as digitalizem", afirmou o bastonário.

Na semana passada, a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas (OTOC) pediu ao Ministério das Finanças que adiasse de 31 de maio para 30 de junho os prazos para entrega da declaração modelo 22 do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) e até 30 de setembro para a Informação Empresarial Simplificada (IES).

Na sexta-feira o ministério informou que o prazo para os contribuintes entregarem a IES relativa ao exercício de 2010 seria prolongado até 17 de agosto, mas rejeitou o pedido no que toca ao IRC e ao IRS.

VΡ

Lusa/fim